



...continuação - USINA IPOJUCA S/A

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
IRRF	411.256	377.517
CSLL	1.544.608	1.269.245
PIS	-	144.523
IOF	(a)23.683.814	22.581.562
Outros impostos	17.274	62.690
Total	25.656.952	24.435.537

(a)Refere-se a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), cujo objeto é a cobrança do IOF incidente sobre operações de mútuos com a empresa controladora "Agropecuária Engenho Pará Ltda." Os referidos autos estão em fase de recurso no âmbito administrativo, ainda pendentes de julgamento.

16. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

Em 30/11/2009, a Sociedade aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), instituído pela Lei No 11.941, de 27/05/2009 e pela Medida Provisória No 470, de 13/10/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais, por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ajuizados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados em outras modalidades de parcelamentos. Posteriormente, em 25/08/2014, também aderiu ao Programa de Renegociação de Dívidas instituído pela Lei No 12.996, de 18/06/2014 ("Refis da Copa"), cujo débito de tributos federais foi consolidado em 180 parcelas mensais. Os referidos programas concederam reduções progressivas nas multas, encargos e juros, permitindo, ainda, a liquidação dos valores remanescentes com utilização de Prejuízos Fiscais de IRPJ e de Base de Cálculo Negativa da CSLL. Os débitos tributários parcelados foram consolidados e são oriundos dos seguintes tributos: INSS, IRPJ e CSLL. Seguem os saldos dos parcelamentos tributários apresentados no Passivo Circulante e no Passivo Não Circulante.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Passivo circulante	400.258	378.760
Passivo não circulante	1.547.468	1.843.822
Total	1.947.726	2.222.582

A composição e a movimentação dos débitos ocorridas ao longo dos exercícios estão demonstradas a seguir:

Descrição	2024	2023
IRPJ/CSLL - Lei No 12.996, de 18/06/2014	2.325.067	2.576.478
Pagamentos efetuados	(390.488)	(367.043)
Depósito Judicial	(1.270.243)	(1.270.243)
	664.336	939.192
Parcelamentos consolidados		
RFB	1.999.368	1.999.368
Liquidados	(715.978)	(715.978)
	1.283.390	1.283.390
Total	1.947.726	2.222.582

A movimentação ocorrida nos parcelamentos registrados pela Sociedade está apresentada a seguir:

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.264.281
Pagamentos do principal	(298.116)
Pagamentos de juros	(264.533)
Provisão de juros	193.093
Liquidações	(672.143)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.222.582
Pagamentos do principal	(207.904)
Pagamentos de juros	(182.584)
Provisão de juros	115.632
Liquidações	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.947.726

O montante de amortização anual do saldo de longo prazo do parcelamento em referência está evidenciado a seguir:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
2025	-	378.760
2026	400.258	1.465.062
Após 2026	1.147.210	-
Total	1.547.468	1.843.822

17. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração da Sociedade, com base na opinião de seus Assessores Jurídicos, constituiu provisão para aquelas contingências cuja possibilidade de perda é avaliada como provável. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento. As provisões constituídas para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão assim compostas:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Cíveis e trabalhistas	1.752.816	1.752.816
INSS	297.191	279.926
ICMS	813.053	765.819
AFRMM	1.288.356	1.213.509
Multas CLT	424.326	-
Sistema "S" - Salário educação	2.156.671	623.826
Sistema "S" - SENAI	250.340	68.913
Sistema "S" - SESI	375.509	103.369
Sistema "S" - SEBRAE	150.204	41.348
Sistema "S" - INCRA	172.533	38.313
Total	7.680.999	4.887.839

A movimentação ocorrida no saldo da conta está apresentada como segue:

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.880.819
Provisões	1.017.754
Reversões	(10.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.887.839
Provisões	2.913.191
Reversões	(120.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.680.999

18. PARTES RELACIONADAS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Ativo Não Circulante		
Pessoas jurídicas e físicas ligadas - Mútuo		
Trapiche Imóveis Ltda.	302.358	302.358
Agropecuária Engenho Pará Ltda.	(81.614)	(40.020)
Francisco Luiz Dubeux Dourado	64.467	64.467
Vera Maria Queiroz Dourado	811	811
	286.022	327.616
Acionistas - Mútuo		
Francisco Queiroz Dourado	23.973	23.973
Luciana Queiroz Dourado Cruz	25.317	25.317
Margot Queiroz Dourado	32.218	32.218
Marcos Antônio Queiroz Dourado	45.636	45.636
	127.144	127.144
	413.166	454.760
Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Passivo Não Circulante		
Acionista - Mútuo		
Agropecuária Engenho Pará Ltda.	416.999	416.999
Acionistas - Juros sobre capital próprio		
Francisco Luiz Dubeux Dourado	857.226	857.226
Marcos Antônio Queiroz Dourado	462.042	462.042
Francisco Queiroz Dourado	274.599	274.599
Luciana Queiroz Dourado Cruz	274.599	274.599
Margot Queiroz Dourado	274.599	274.599
Espólio de Maria de Lourdes Dubeux Dourado	2.436.585	2.436.585
Agropecuária Engenho Pará Ltda.	18.636.176	18.636.176
	23.215.826	23.215.826
Acionistas - Dividendos		
Francisco Luiz Dubeux Dourado	23.049.120	22.431.129
Marcos Antônio Queiroz Dourado	2.289.044	1.955.949
Francisco Queiroz Dourado	1.794.133	1.596.168
Luciana Queiroz Dourado Cruz	1.794.133	1.596.168
Margot Queiroz Dourado	1.794.133	1.596.168
Espólio de Maria de Lourdes Dubeux Dourado	12.704.618	12.596.393
Agropecuária Engenho Pará Ltda.	10.170.122	9.008.106
	53.595.303	50.780.081
	76.811.129	73.995.907

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 19.1. Capital Social. O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está composto por 16.230.145 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária está apresentada da seguinte forma:

Acionistas	Quantid. de Ações	Valor em R\$	Participa. (%)
Marcos Antô. Queiroz Dourado	3.200.564	17.732.326	19,719873
Francisco Queiroz Dourado	1.902.152	10.538.636	11,719871
Luciana Queiroz Dourado Cruz	1.902.152	10.538.636	11,719871
Margot Queiroz Dourado	1.902.152	10.538.636	11,719871
Espólio de Maria de Lourdes Dubeux Dourado	623.936	3.183.741	3,844303
Agropecuá. Enge. Pará Ltda.	6.699.189	34.178.189	41,276212
Total	16.230.145	86.710.164	100,00000

19.2. Reservas Legal e de Retenção de Lucros e Dividendos. (a)Legal: constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, que não excederá a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei Nº 6.404/76. (b) Retenção de Lucros: refere-se aos lucros dos exercícios de 2023 e 2024 retidos para a deliberação da sua destinação na próxima Assembleia Geral Ordinária; (c) Dividendos: Vide Item 19.4. 19.3. Reservas de Incentivos Fiscais - ICMS e IRPJ. Constituídas de acordo com o estabelecido no Artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluído pela Lei No 11.638, de 28/12/2007) e Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Essas reservas estão representadas pela parcela do Crédito Presumido de ICMS e pelo Incentivo Fiscal de Redução do IRPJ, descritos na Nota Explicativa No 24, reconhecidas no resultado do exercício e, em seguida, transferidas para a conta de reserva de incentivos fiscais, de forma a serem incorporadas ao capital social na próxima Assembleia Geral Extraordinária, que é realizada juntamente com uma Assembleia Geral Ordinária. 19.4. Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Pagar Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram propostos dividendos mínimos obrigatórios e não cumulativos pelo percentual de 6%, cuja movimentação, juntamente com os juros sobre o capital próprio, se deu da seguinte forma:

Descrição	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2022	63.303.968
Dividendos propostos 31 de dezembro de 2023	4.164.975
Dividendos complementares de exe. anteriores	169.782.760
Dividendos pagos em 2023	(163.255.796)
Juros sobre capital próprio pagos em 2023	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.995.907
Dividendos propostos 31 de dezembro de 2024	2.815.222
Dividendos pagos em 2024	-
Juros sobre capital próprio pagos em 2024	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	76.811.129

20. RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS - Crédito de ICMS e Redução do IRPJ

20.1. Crédito Presumido do ICMS. A Sociedade goza de um benefício fiscal instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco, que concede um direito a um crédito presumido de ICMS de 9% sobre as saídas do açúcar, independente do seu destino (interna, interestadual ou para o exterior), e de 12% nas saídas de álcool hidratado (interna e interestadual). De acordo com o Decreto No 52.338, de 25.02.2022 e com a Lei No 17.919, de 25.08.2022, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2026, o crédito presumido sobre as saídas do açúcar (9%) e as saídas de álcool etílico hidratado combustível (12%). Com relação às saídas de açúcar, por força do § 2o do Art. 17 do Anexo 6 do Decreto No 44.650, de 30.06.2017, ficam mantidos até 31.12.2026 os seguintes percentuais:

- 11% (9% + 2%) nas saídas internas e para o exterior;

- 10% (9% + 1%) nas saídas interestaduais.

20.2. Redução do Imposto de Renda - IRPJ. A Sociedade é beneficiária de Incentivo Fiscal do Imposto de Renda sobre todas as receitas de fabricação de Açúcar Cristal, Açúcar Demerara, Açúcar Refinado, Açúcar VHP, Alcool Anidro Carburante, Alcool Hidratado Carburante, Energia Elétrica e Bagaço de Cana-de-Açúcar, conforme Laudo Constitutivo No 0165/2019 da Superintendência do Desen-

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: 26.1. Considerações Gerais. A Sociedade apresenta operações caracterizadas como instrumentos financeiros para administrar a disponibilidade financeira de suas operações e suprir as suas necessidades de caixa. Os valores do ativo e do passivo, representados por empréstimos e financiamentos, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e 2023. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado dos instrumentos financeiros. Com base na avaliação de riscos da administração da Sociedade, não foram contratadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção de risco cambial, bem como não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. 26.2. Fatores de Riscos: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Sociedade podem ser assim identificados: (i)Riscos de volatilidade do preço: A Sociedade está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. O principal fator de influência na variação dos preços é o clima, que é imprevisível a médio e longo prazos, alterando a demanda e a oferta dos produtos sucroalcooleiros e seus derivados. A Sociedade mantém políticas de monitoramento e gestão de riscos, revisadas anualmente e aprovadas pela Diretoria. A administração da Sociedade realizou análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada. Ademais, a administração da Sociedade adota estratégia de fixação de preço do açúcar nos contratos de exportação atrelados à variação cambial; (ii)Risco cambial: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos de empréstimos de moeda estrangeira ou que afetam os recebíveis. Uma vez que a Sociedade atua no mercado externo, sendo suas exportações atreladas ao dólar norte-americano, o produto de exportação da Sociedade (açúcar) se caracteriza como um hedge natural, pois são liquidados em dólar com os valores recebidos das operações de exportação; (iii)Risco de taxa de juros: Decorrente da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e adiantamentos para contratos de câmbio captados no mercado ou diminuem a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Sociedade. A Sociedade monitora de forma contínua as taxas de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas; (iv)Risco de liquidez: É o risco da Sociedade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações relacionadas com os seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é preparada periodicamente pela Sociedade, mediante a qual são monitoradas as necessidades de liquidez para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às necessidades operacionais. 27. COBERTURA DE SEGUROS: A Sociedade possui cobertura de seguros contra perdas, danos materiais e elétricos e incêndio, para alguns bens do seu ativo imobilizado (veículos, aeronave e colheiteira de cana). Os valores segurados para os veículos são equivalentes a 100% da tabela FIPE, e para a aeronave o montante de US\$ 1.800.000. Com base na avaliação de riscos efetuada pela administração da Sociedade, não foram contratadas apólices de seguros para os demais bens do ativo imobilizado, para cobertura contra incêndio dos estoques de açúcar e de álcool e para cobertura de risco de sua atividade operacional, por entender que é remota a possibilidade de ocorrência de sinistro. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Sociedade.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Opinião com Ressalva. Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Ipojuca S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações esclarecedoras. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo a seguir "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião com Ressalva.** A Sociedade não procedeu à avaliação do seu ativo biológico ao valor justo, conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Pronunciamento Técnico PC-29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola. Os ativos biológicos estão demonstrados pelo valor de custo líquido da amortização acumulada. Como consequência, não temos como avaliar os efeitos sobre o resultado das operações e sobre os saldos do ativo biológico e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024, caso os ativos biológicos tivessem sido avaliados ao valor justo.Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases.Transações com Partes Relacionadas.** Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a Nota Explicativa No 18 às demonstrações contábeis, a qual menciona que

A Sociedade mantém valores e transações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido caso as transações fossem efetuadas com partes não relacionadas. **Contratação de Seguros.** Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o fato descrito na Nota Explicativa No 26 de que em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade possui seguros para alguns bens do ativo imobilizado, tais como "veículos", "aeronave" e para uma "colheiteira de cana". Para os demais bens do ativo imobilizado, a administração da Sociedade decidiu não contratar seguros. A Sociedade está exposta a riscos de danos aos bens do ativo imobilizado e que suas operações podem ser significativamente impactadas caso algum sinistro venha a ocorrer. **Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor Independente.** A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros Assuntos.** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade dos saldos, foram por nós examinadas e sobre elas emitimos em 21 de maio de 2024, um relatório de auditoria também contendo ressalva e parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis da Sociedade.** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidades pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do Auditor Independente pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 13 de maio de 2025.

Sa Leitão Auditores S/S  
CRC-PE 000.369/O-0

Luis Henrique da Cunha Silva  
Contador CRC-PE 015.770/O-0

## Publicidade Legal - 12 de JULHO de 2025 - USINA IPOJUCA S A - Balanço pdf

Código do documento ab08b7a1-ac47-47a6-941d-be6faceb6ce1



### Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100  
Certificado Digital  
fabiohenrique@folhape.com.br  
Assinou

### Eventos do documento

#### 11 Jul 2025, 17:58:30

Documento ab08b7a1-ac47-47a6-941d-be6faceb6ce1 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-07-11T17:58:30-03:00

#### 11 Jul 2025, 17:58:48

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE\_ATOM: 2025-07-11T17:58:48-03:00

#### 11 Jul 2025, 17:58:59

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.12.58.187 (187.12.58.187 porta: 16458). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE\_ATOM: 2025-07-11T17:58:59-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):4dab93da0cc8818bfc4e12499da9a34b6f2c766e8cb41f7beaf1f5f74c73c2c

(SHA512):fca9e78bd3949b22c9c247342a57cb1967bbe4de164d4d1b633cf1946e423093f77443fcb5323f4ec369abff026880bc036e689a2dbf0e79018c7437df588399

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.